



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Rua Honório de Paiva, 475 – Piçarra – CEP – 64.017.112 – Teresina/PI – (86) 3194-5400 – www.conab.gov.br

COTAÇÃO ELETRÔNICA - Nº 11/2018
TERMO DE REFERÊNCIA - Nº 40/2018

**EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE E COOPERATIVAS (Decreto nº 8.538/2015)**

MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação, NOC 10.901 - RLC art. 416, II.

1. OBJETO

1.1. Aquisição de equipamento de scanner para suprir demanda do SEGEO.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O SEGEO/PI possui atividades rotineiras de digitalização de documentos diversos, especialmente relacionados às operações do PGPM-Bio e às atividades de pesquisa de preço e levantamento de safra e o único scanner que existia no setor quebrou sem possibilidades de recuperação. Por isso, justifica-se a necessidade de aquisição de novo scanner com conectividade em rede para que todos os colaboradores do setor possam utilizá-lo em suas atividades diárias.

3. ESPECIFICAÇÃO, MATERIAL E QUANTIDADE

ITEM	CÓDIGO/ CATMAT	MATERIAL	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	150513	SCANNER DE MESA DUPLEX COM ALIMENTADOR AUTOMÁTICO DE FOLHAS (ADF) E CONECTIVIDADE PARA REDE ETHERNET Especificação: <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de digitalizar tanto no modo frente-e-verso (DUPLEX) em uma única passagem, quanto no modo somente-frente (SIMPLEX), configurável via SOFTWARE;• Capacidade de digitalizar documentos com tamanho até Ofício e capacidade de tracionar folhas com gramatura de até 120 g/m² no ADF;• ADF com capacidade mínima para 50 folhas na posição retrato;• Capacidade de digitalizar documentos em cor, preto-e-branco,	UND	1	3.170,81	3.170,81



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

		<p>e tons de cinza com resolução igual ou superior a 300dpi;</p> <ul style="list-style-type: none">• Resolução ótica igual ou superior a 600dpi;• Sensor de leitura baseado em tecnologia CCD dual (“Charge Coupled Device”) ou CMOS (“Complementary Metal Oxide Semiconductor”);• Capacidade de detectar fim de página e de detectar a alimentação de folhas duplas pelo comprimento de página (folha longa);• Mínimo 24 Bits de Cor e 8 Bits de Tons de Cinza;• Velocidade mínima de produção com documento de referência tamanho A4, modo retrato, tanto no modo preto-e-branco quanto tons de cinza e cores, resolução de 200 dpi: Mínimo de 30 ppm/60 ipm. (ppm = folhas por minuto (simplex) e ipm = imagens por minuto (DUPLEX));• Conectividade USB 3.0 e Rede Ethernet;• Compatível com sistemas operacionais Windows 7, 8 e 10;• Alimentação Bi-volt 110~220V.				
TOTAL	RS 3.170,81 (três mil, cento e setenta reais e oitenta e um centavos).					

4. ENTREGA

4.1. O material objeto deste Termo deverá ser entregue, devidamente embalado e lacrado, na Superintendência Regional do Piauí – SUREG/PI, situada na rua Honório de Paiva, nº 475, Piçarra, em Teresina/PI, fone (0xx86) 3194-5408/5446, CEP: 64017-112, no horário de 8:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:00 horas.

4.2. O prazo de entrega, a partir da assinatura da Ordem de Compra deverá ser de no máximo 20 (vinte) dias úteis.

4.3. O material será recebido provisoriamente e será analisado pela área responsável pelo controle de qualidade do produto.

4.4. A margem aceitável do material com defeito será de 0% (zero por cento), o qual deverá ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias, após comunicado o defeito pela CONAB.

4.5. O fornecedor fica obrigado a substituir o material, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

4.6. Finalizada a análise o material será recebido definitivamente.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Provisoriamente, mediante termo de recebimento provisório ou recibo, pelo Fiscal do Contrato ou Comissão de Fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto do Contrato com a especificação.

5.2. Constatadas inconformidades no objeto do Contrato deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pelo Contratado e os respectivos prazos.

5.3. Definitivamente, por empregado ou comissão, formada por no mínimo 3 (três) empregados, designada formalmente pela Superintendência Gestora na Matriz e pela Gerência Gestora nas Superintendências Regionais, mediante termo circunstanciado ou recibo, após a verificação da qualidade e quantidade do material e, conseqüente, aceitação dos requisitos estabelecidos pelo Contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONAB

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

6.2. Pagar a importância correspondente a aquisição, no prazo contratado.

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a contratada entregar fora das especificações deste Termo de Referência.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos prazos estabelecidos, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.2. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato.

7.3. Entregar os materiais no prazo contido na proposta.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pela Conab no prazo de até 30 dias salvo indicação de outro prazo, maior pela Contratada, contados de apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e dos componentes e peças fornecidas.

8.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

8.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

8.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo Fiscal do Contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e depois de verificada a regularidade fiscal da Contratada.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Conab.

8.6. O pagamento das obrigações assumidas será efetuado até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação da Nota Fiscal / Fatura, condicionado ao aceite dos serviços prestados e atesto do documento pelo empregado designado com esse fim e comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da Contratada.

8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, deverão ser tomadas as seguintes providências:

8.7.1. Providenciar a comunicação do contratado, por escrito, no sentido de que, no prazo de cinco (5) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

8.7.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.7.3. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos Contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

8.7.4. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

8.7.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz e pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

8.8. Nos termos do artigo 565 do RLC será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.8.1. Não produziu os resultados acordados;



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

8.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

8.9. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela Contratada. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial. De que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.11. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

8.11.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 1996;

8.11.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 1991;

8.11.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 2003, combinada com a legislação municipal ou distrital sobre o tema;

8.11.4. Demais tributos incidentes sobre a contratação.

8.12. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, com juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$, em que:

a) I = Índice de atualização financeira, no valor de 0,00016438, computado com base na fórmula: $I = [(TX/100)/365]$;

b) TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

c) EM = Encargos moratórios;

d) N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

e) VP = Valor da parcela em atraso.

9. PREÇO

9.1. O preço será fixo e irrevogável.

10. GARANTIA

10.1. O prazo de garantia do scanner não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar a partir da emissão do recebimento definitivo.

10.2. Durante o prazo de garantia do scanner o fornecedor fica obrigado a substituí-lo, se defeituoso, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

11. VISTORIA

11.1. Devido à natureza do objeto, não há necessidade de vistoria.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da compra.

14. PENALIDADES

14.1. Com base no disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total estimado para a contratação, a licitante que:

- Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Deixar de entregar documentação exigida neste Termo de Referência;
- Apresentar documentação falsa;
- Não mantiver a proposta;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Fizer declaração falsa;
- Cometer fraude fiscal.

14.1.1. Em caso de atraso injustificado na entrega dos materiais pela contratada, será aplicada a multa de mora de 0,3 (três décimos por cento) por dia de atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento), a ser calculada sobre o valor total do item ou lote não entregue.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

14.1.2. A justificativa para eventual atraso, não se aplicando a multa referida no subitem anterior, só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito, até 24(vinte e quatro) horas antes do término do prazo para a entrega do produto.

14.1.3. Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga a contratada.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, poderá a Administração da CONAB, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as seguintes penalidades:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

14.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir à CONAB pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15. ESTIMATIVA DE CUSTO

15.1. O custo total estimado para aquisição do material objeto deste Termo de Referência é de **RS 3.170,81 (três mil, cento e setenta reais e oitenta e um centavos)**.

16. REQUISITOS DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. A licitante deverá cotar preço unitário e total, em moeda nacional, algarismo e por extenso, devendo estar incluso todas as despesas, tais como: impostos, taxas, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço proposto e conter ainda:

a) A especificação clara, completa e minuciosa do material oferecido, em conformidade com este Termo;

b) Marca, procedência e garantia do produto ofertado (garantia do fabricante), a contar da data do aceite definitivo;

c) O material ofertado deverá ser novo, de primeiro uso e deverão ser apresentados juntamente com a documentação, Laudo Técnico de qualidade, e, não sendo aceite scanner falsificado, remanufaturado ou recarregado;

d) Consignar em moeda nacional, expresso em algarismos, o preço por extenso unitário e total para cada item, bem como, o valor global da proposta;

e) Declaração expressa de estarem incluídas nos preços todas as despesas com impostos, taxas, fretes e quaisquer outras que venham a incidir sobre o objeto licitado;

f) Conter o prazo de entrega, a partir da assinatura do contrato, que deverá ser de no máximo 20 (vinte) dias corridos;



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

- g) Declaração de prazo de validade da proposta, a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura do certame. Na falta de tal declaração será aceito o prazo mínimo ora indicado;
- h) Razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, nome do banco, o número da agência, o número da conta-corrente e praça de pagamento;
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- j) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- k) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- l) Prova de regularidade relativa ao Banco Nacional de Devedores Trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas–CNDT
- m) prova de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- n) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal, por meio de certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa, emitidas pelas respectivas Secretarias de Fazenda;
- o) Declaração de inexistência de fatos impeditivos para contratação com a Conab.

17. JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

17.1. No julgamento das propostas, será considerada vencedora, desde que atendidas as especificações constantes deste Termo de Referência, a empresa que apresentar o menor preço por item.

18. CONTRATO

18.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato simplificado, a Ordem de Compra, celebrado entre a CONAB e a licitante vencedora, que observará os termos da RLC – Norma de Organização (NOC) nº 10.901, alterações posteriores e demais normas pertinentes.

18.2. A licitante vencedora será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de contrato.

18.3. Antes da assinatura da Ordem de Compra será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Termo de Referência, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

18.4. Se a licitante vencedora não fizer a comprovação referida no subitem 17.3 anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocada outra licitante para celebrar o Contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6º da Lei 10.522, de 19/07/2002.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos orçamentários decorrentes da aquisição objeto desta licitação estão consignados no Orçamento da CONAB para o ano 2018, conforme ND _____, PTRES _____, Fonte _____ e Pré Empenho nº _____.

20. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. Dentre as recomendações voltadas à sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará critérios elencados na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

21. MATRIZ DE RISCO

	Identificação				Avaliação ⁵			Tratamento ao Risco	
	Objeto ¹	Evento de Risco ²	Causas ³	Consequências ⁴	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Riso ⁶ (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco ⁷	Responsável ⁸
1	Aquisição de scanner	Produto fora das especificações do Termo de Referência	Ma fé do fornecedor	Prejuízo as rotinas da empresa.	3	3	9	Não recebimento dos produtos pelo fiscal responsável. Aplicação das mais diversas sanções legalmente previstas, conforme previsto item 13 do Termo de Referência	SUREG/PI
2	Aquisição de scanner	Produto entregue fora do prazo estabelecido no Termo de Referência	Falta de agilidade e/ou logística inadequada por parte do fornecedor	Prejuízo as rotinas da empresa.	2	3	6	Aplicação das mais diversas sanções legalmente previstas, conforme previsto item 13 do Termo de Referência	SUREG/PI
3	Aquisição de scanner	Irregularidade Fiscal (SICAF) e condições	Falta de compromisso com	Empresa prestando serviço ao poder	2	2	4	Não prosseguimento da contratação.	SUREG/PI



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

		habilitatórias após contratação	legislação fiscal tributária	público de maneira ilegal.				Assinatura da Ordem de Compra vinculada a regularidade fiscal	
4	Aquisição de scanner	Subcontratação	Ma fé do fornecedor	Fornecedor divergente ao contratado	2	1	2	Vedação prevista item 10 do Termo de Referência	SUREG/PI

¹ Descrição do objeto previsto para contratação.

² O risco é um evento incerto que, se ocorrer, afeta realização dos objetivos da contratação.

³ Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

⁴ Identificação de quais são as consequências no caso de ocorrência do risco.

⁵ A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma de 1 a 5, conforme definida nas tabelas abaixo:

Escala de probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos..	1
Baixa	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

⁶ Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

⁷ Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

⁸ Identificar o responsável/os responsáveis pela ação proposta.



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Teresina – PI, 08 de outubro de 2018.

<p>Elaborado por:</p> <p>Selma Machado do Rêgo Assistente Administrativo – SEADE</p>	<p>Conferido por:</p> <p>Thissiane Marla Alves Cavalcante Encarregada – SEADE</p>
--	---

<p>Aprovado por:</p> <p>Danilo Rocha Brito Viana Gerência de Finanças e Administração Gerente</p>
